

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIAN	RINDE NO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/7	ALAGOAS,
	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇ	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTENDER	ESTADO
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868 DE 10.11.199, O C	LEI N. 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868 DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	DE SUAS
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1	ESTABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, DE 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161 DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SEU PRO
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	LEI N. 10.026, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682 DE 14.10.2025 -	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382 DE 11 DE MAIO DE 2000	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609 DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, DE 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DEN	LEI N. 8.580, DE 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	OS JUIZOS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 15.175, DE 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EN
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES I	E IDESEN
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	LEI N. 7.930, DE 4.10.2017	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346	RE, QUE E
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.641, DE 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, E
	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	RMES, QU
	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI N. 8.605, DE 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGACÃO D	KA DESSE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160 DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE	ADÓSBEN
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI CO	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI O	4, DE 26 D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	A GESTÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFI N E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 6.952, DE 28 DE JUNHO DE 2007	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFI N E AS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	FORMAÇÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO E REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.651, DE 10 DE AGOSTO DE 2015	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO E REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ERÍCIA OPERACIONAL
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.155, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	QUADRO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.690, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	QUADRO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.469, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 11.420, DE 3 DE JANEIRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SERVIDORES PÚBLICOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.481, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	EQUIPES DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.991, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	EQUIPES DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.409, DE 26 DE MAIO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ICIAIS MILITARES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.381, DE 26 DE MAIO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	PROFISSIONAIS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355, DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.677, DE 23 DE JUNHO DE 1992	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355, DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DEFICINDADES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.475, DE 20 DE JANEIRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ENTE REDAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.884, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.392, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.209, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OS E AS CARGOS DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.599, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	AGENCIAMENTO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.785, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	ADDERIMENTOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 9.173, DE 5 DE JANEIRO DE 2005	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DEGRADAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.645, DE 3 DE JANEIRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	SERVIDORES PÚBLICOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.741, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	OPERAÇÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397, DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.506, DE 3 DE AGOSTO DE 2012	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397, DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	O ESTADO DO PARANÁ
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.884, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DESERVIÇOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 7.952, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DESERVIÇOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.385, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	DECAÇÃO DE PESSOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	LEI Nº 8.784, DE 9 DE JANEIRO DE 2018	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965, DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ	CA ALAGO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29.05.20	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AG	LEI N. 8.560, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE M	LEI N. 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIG	LEI N. 14.405, DE 11.7.2022	ALTERA A LEI N. 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	
	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA D	LEI N. 14.356, DE 31.5.2022	ALTERA A LEI N. 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ	
	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DI	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI N. 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	
	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA D	
	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DI	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	
	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE E	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATU	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI N. 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DIS	LEI N. 14.230, DE	ALTERA A LEI N. 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE AT	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 13.831, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	
	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	
	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE D	LEI N. 14.333, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI N. 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA	LEI N. 14.364, DE 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2	LEI N. 14.849, DE 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO	LEI N. 15.306, DE	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.827, DE 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 13.772, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO-J	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MA	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.384, DE 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 14.857, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.380, DE	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE	LEI N. 15.125, DE 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI AN	LEI N. 14.322, DE 16.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A PO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE	LEI N. 14.536, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	OFICIAIS
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	LEI N. 14.799, DE 5.1.2024	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006, PARA DENOMINÁ-LA LEI	DE
	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE	LEI N. 14.546, DE 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO), PARA F	DA DE AB
	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA	LEI N. 11.707, DE 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664, DE 29.04.2008, PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INTE	EGURANÇ
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	LEI N. 14.913, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O	PREVENI
	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA	LEI N. 14.338, DE 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903, DE 14.01.2009, PARA DISPOR SOBRE A BULA DIGITAL	ANTES, PA
	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA	LEI N. 14.340, DE 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318, DE 26.08.2010, PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS R	ÃO CRIAR
	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	LEI N. 14.748, DE 5.12.2023	ALTERA A LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, A FIM DE DISPOR SOBRE O	BÓRRAÇ
	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	LEI N. 14.723, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE O F	ÃO SUPR
	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.624, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015, ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PARA BO
	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA	LEI N. 14.542, DE 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE N	MUNICIP
	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA	LEI N. 14.330, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675, DE 11.06.2018, PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE	REMENTE
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	LEI N. 13.853, DE 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A E	BOLETA
	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNCIA	DE
	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	LEI N. 14.680, DE 18.9.2023	ALTERA A LEI Nº 13.960, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA POSTERGAR A I	TO DOR
	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	COORDIN
	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	CAO DE
	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	LEI N. 15.336, DE 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	CONFORM
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	LEI N. 14.911, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE), E	DEA DE IN
	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIT	LEI Nº 9.962, DE 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGUIRAR À SERVIT	ÊNCIA DO
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICA-SE A ALÍQUOTA	LEI N. 9.519, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICA-SE A ALÍQUOTA	PROTO) R
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQU	LEI N. 8.967, DE 12.12.2020	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, PARA REDUZIR A ALÍQU	ÇÕES OF
	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	LEI N. 8.355, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	SUSCEN
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CRI	LEI N. 8.203, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CRI	DOSE MO
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CRI	LEI N. 10.023, DE 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, DISPÕE SOBRE OS CRI	ÇÕES QUE

Secção de Informática

DE PER
 ASSION
 ZAGS DE
 AS AISEC
 BEM AMB
 CEB SISTE
 GOFDOSIS
 A FÓRVE
 PNECORA
 SANECDO
 IMPOSIÇÃO
 LEI SECA.
 ASTERNOR
 SÀA FORM
 DE AÇÃO O
 ADOISE PA
 ADES PÚBL
 IS POR AU
 NÊNCIAS,
 98, DE 13.0
 FLORANIN
 AÇÃO SEM
 SAS ELEIT
 RIZES DE
 ASSODEAN
 SÃO POS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	SPONSOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ELIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	CAÇÃO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	EMAS ELE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ESSO ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	CONSTITU
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	CONSTITU
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	CONSTITU
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECEM O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000 QUE ESTABELECEM O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECEM O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ESTABELECEM O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DE CARO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2008 QUE ESTABELECEM O CALENDÁRIO PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE INQUÉRITO	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE INQUÉRITO	DA QUER
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444 DE 11.05.1997 13.877 DE 27.9.2019	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444 DE 11.05.1997 13.877 DE 27.9.2019	INQUÉRITO
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 4.712 DE 11.05.1997	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 4.712 DE 11.05.1997	DISCÃO E
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 e LEI Nº 4.712 DE 11.05.1997	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 e LEI Nº 4.712 DE 11.05.1997	30 DE SET
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) E 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) E 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006	25 DE SET
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008	PROSDIA
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 LEI Nº 4.712 DE 11.05.1997	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 LEI Nº 4.712 DE 11.05.1997	30 DE SET
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 13.877 DE 27.9.2019	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997 13.877 DE 27.9.2019	A DECOM
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 1980	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.514 DE 1980	ABEIXO E
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	ESTALAG
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO		ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO	ESTABEIR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	CLASSES D
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992	LEI N. 9.090, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992 PARA	BATORIANO
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010	LEI N. 8.670, 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	ENDRESC
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2011	LEI COMPLEMENTAR Nº 7	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2011	SDOUIPAGE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 QUE INSTITUI	COUVAODI
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	LEI DELEGADA Nº 48	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	DE POE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974	LEI Nº 3.421, 20.12.1974	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DAIENIN
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	DECRETO Nº 2.468, 02.12.1974	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	SABEININ
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 1990	LEI Nº 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JULHO DE 1990	REIOIRBG
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	LEI Nº 13.370, 11.12.2021	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 PARA ESTENDER O	INSPECIAE
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003	LEI Nº 6.502, 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003 QUE	APAS SER
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	DECRETO Nº 29.258, 06.03.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004	RAMONIA
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004	LEI Nº 8.177, 20.01.2004	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 O	OSOMEIME
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	LEI Nº 15.123, 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	FEIESTAD
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005	LEI Nº 8.867, 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 O	OUVIDORI
	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO DE CARGOS	EMENDA Nº 1, 12.6.2023	ALTERA O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA PERMITIR A ACUMULAÇÃO DE CARGOS	LAUREZA
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003	LEI Nº 8.552, 04.04.2003	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003 QUE DIS	ELHO EST
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A PENA	LEI Nº 15.272, 15.12.2025	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A PENA	EVENSIVA
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A PENA	LEI Nº 15.280, 15.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A PENA	REVENAN
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	DECRETO Nº 83.071, 17.01.2014	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014 O	ONESTAS
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014	DECRETO Nº 83.070, 17.01.2014	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, Q	SONCHASS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE	DECRETO N. 23.086 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 83.069 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE	DECRETO N. 95.540 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142 DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE	DECRETO N. 71.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE RE	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 2.081 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.081 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 2	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE	DECRETO N. 74.007 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008 DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO N. 74.341 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145 DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, OI	DECRETO N. 94.872 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBACÃO	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DE	LEI N. 15.245, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.397, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DE	LEI N. 15.353, DE 8.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.19	LEI N. 14.752, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019	DECRETO N. 10.841 DE	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO	DECRETO N. 11.881 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.514 DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETE	DECRETO N. 11.880 DE	ALTERA O DECRETO Nº 11.722 DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 2.181 DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002	DECRETO N. 11.040 DE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007	DECRETO N. 11.130 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008	DECRETO N. 11.080 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016	DECRETO N. 11.481 DE	ALTERA O DECRETO Nº 8.750 DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018	DECRETO N. 11.107 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGR	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 9.492 DE 05.12.2018 E O DECRETO Nº 10.153 DE 03	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018	DECRETO N. 11.479 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.579 DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	PROJETO DE LEI Nº 10.000 DE 2012

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25 DE JANEIRO DE 2019	DECRETO Nº 9.981 DE 25.06.2019	ALTERA O DECRETO Nº 9.847 DE 25.06.2019 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10.241 DE 1950	ARA DISPO
	ALTERA O DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013	DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013	ALTERA O DECRETO Nº 8.033 DE 27.06.2013 QUE REGULAMENTA O DISPO	DE 05.06.2
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI Nº 8.126, DE 11.7.2019	DISPÕE
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI Nº 8.178, DE 11.7.2019	RODUBÓ
	ALTERA O INCISO XIV DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, DE 18.11.2023	ALTERA O INCISO XIV DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DAS DISPO
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	NIÇE, PAR
	ALTERA OS DECRETOS, LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940	LEI Nº 14.245, DE 18.11.2023	ALTERA OS DECRETOS, LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.688	ALCO DESP
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14.721, DE 18.11.2023	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	STANDER
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE CUMULAÇÃO	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	IRO DE 20
	ALTERAR CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBA DE CUMULAÇÃO	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO, LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO	MAL, PAR
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO Nº 15.171, DE 17.7.2025	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COM	INDA DUB
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE	LEI Nº 15.171, DE 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JANEIRO	PLIAR O DI
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	FORMULÁRIO Nº 12.249, DE 11.6.2010	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	ÇÃO DE D
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	LEI Nº 13.964, DE 6.12.1968	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	LEI Nº 5.553, DE 6.12.1968	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	DECRETO Nº 12.540 DE 12.5.2001	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	DECRETO Nº 12.540 DE 12.5.2001	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS	A UNAS FE
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	XPBOSVA
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	ÃO BENEF
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO	PLUNÇA
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.230, DE 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.399, DE 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	PORTARIA Nº 167/2024	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CARGOS	RAS, ARMA
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA	DECRETO Nº 70.274 DE 15.8.2003	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGIMENTAL DE CARGOS	PORTARIA Nº 167/2024	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	OSEÇÃO, T
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PRVIDÊNCIA	DECRETO Nº 14.265 DE 18.11.2023	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PRVIDÊNCIA	ESTADUAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 3.700/DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	DECRETO Nº 10.030/DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS HONRAS SINAIS DE RESPEITO	PORTARIA Nº 10.030/DE	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS HONRAS SINAIS DE RESPEITO	TAR DAS F
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	DECRETO Nº 10.030/DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº 10.030/DE	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	
	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	PORTARIA Nº 10.022/DE	APROVA O VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO - PASSAGEM	0-VM-12.00
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PÚBLICAS	LEI Nº 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES PÚBLICAS	EM ATIVID
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MELITUS	LEI Nº 15.181, 28.7.2025	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MELITUS	S PÚBLICO
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI Nº 14.064, 29.9.2020	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	SÃO PEN
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI Nº 13.800, 4.1.2019	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	S-TRATOS
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCELAÇÃO	LEI Nº 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCELAÇÃO	ES DEÇÃO
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - C	LEI Nº 15.069, 13.4.2022	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - C	ÊNCIA - C
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI Nº 10.027, 14.8.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI Nº 14.648, 4.8.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI Nº 14.323, 12.4.2022	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI Nº 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	ERÊNCIA
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPORTIVOS	LEI Nº 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPORTIVOS	OS DO UST
	AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA	LEI Nº 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA	STRABOV
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO DE VOTAÇÃO	LEI Nº 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO DE VOTAÇÃO	ECIDOPAN
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL PARA	LEI Nº 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL PARA	DE VACIN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO	LEI Nº 9.455, 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO	TIODADAN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	LEI Nº 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	ER DIRETR
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	LEI Nº 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	GARANTIA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNACIONAL	LEI Nº 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNACIONAL	ICA FEDE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (Horta da Escola)	LEI Nº 9.450, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" (Horta da Escola)	DESENVOL
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI Nº 9.450, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	DESENVOL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRAT	LEI COMPLEMEN	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	CONSEMP
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR	LEI N. 14.643, 28.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	DE VIOLÊ
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R PROCOPE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	POSCLOCA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA C	SISTEMA D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	ASEGREGA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITOPE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	NÁSCIONA
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462, DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329, DE 5 DE JANEIRO DE 2012, QUE PR	ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREG	CONSUMO
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2020 E DÁ C
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXEC	ÇÃO EXCI
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - CONDITAS	NTES PÚBLI
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA MPM	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	FLITOS DO
	CARTILHA PGE - CONDITAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDITAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2018
	CARTILHA PGE - CONDITAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDITAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDITAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDITAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	2020
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	OAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT	DECRETO N. 1.818, DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENT	
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL, DO TIPO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 2.249, 15.6.1960	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO	ITO SOCIAL
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 2.249, 15.6.1960	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO	STANCIAM
	CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI Nº 4.117, 27.8.1962	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	LEI Nº 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	
	CÓDIGO CIVIL	DECRETO Nº 24.643 DE 11.9.1990	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	LEI Nº 8.078, 11.9.1990	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI Nº 13.105, 16.3.2015	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	DECRETO Nº 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	LEI Nº 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO Nº 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI Nº 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI Nº 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI Nº 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO Nº 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO Nº 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS)	DECRETO Nº 35.707 DE 14.10.2012	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	DECRETO Nº 40.054 DE 14.10.2012	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	DECRETO Nº 40.941 DE 14.10.2012	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA	ÁRIA DO ES
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO Nº 39.672 DE 14.10.2012	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO Nº 11.054 DE 17.4.2012	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	DECRETO Nº 17.450 DE 17.4.2012	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORTE	DECRETO Nº 29.273 DE 17.4.2012	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI Nº 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROVAÇÃO DE CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE INDULTO	DECRETO Nº 12.338 DE 12.3.2012	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROVAÇÃO DE CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE INDULTO	O DE CON
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DE SERVIÇO	NP Nº 313901	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DE SERVIÇO	DADE DO
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTAÇÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO Nº 12.338 DE 12.3.2012	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTAÇÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	024.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	REPÚBLICA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	PORTARIA N. 23.198 DE	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDEN	ABRUSO
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 17.528 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURS	TO DA SE
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	LEI N. 9.722, DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	RIA DE ES
	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO	DE	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CUIR	DÊNCIAS
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGO	
	CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO EST	DÁ OUTRA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLES	ADOTA PR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREI	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURAN	E SUAS CO
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP	INTERNO
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	ESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JLININAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JLININAS DE ALAGOAS - LJOAL COMO PA	L E IMATE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CON	IAL OSMAN
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRISOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOÉLUC	OCALIZAD
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JUNIN	AL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRR	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.556, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SO	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO	DECRETO N. 9.579, DE	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDER	BRB PTEI
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONA	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 EMENDA CONSTITUCIONA	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇ	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 EMENDA CO	7, DE 202
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO	PORTARIA S	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO D	SECRETAR
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA	DECRETO N. 105.357, DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	MILITAR DE
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM	DECRETO N. 83.887, DE	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A T	AL DA ALA
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATA	DECRETO N. 7.845, DE	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA	INFORMAÇ
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBAT	LEI N. 9.612, 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE	RAS PROV
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 10.693, 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PES	O DA JUST
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALT	DECRETO N. 10.981, DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556, DE 1	REÇO USO
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA	DECRETO N. 11.089, DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLI	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO	LEI N. 9.499, 1.4.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITO	E INCENTIV
	CRIA APP EM IMÓVEL DO PRMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396, DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO D	ONTADO D
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CO	LEI N. 6.895, DE	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL A 29ª VARA CÍVEL DA CA	AGRÁRIOS
	CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIM	LEI N. 8.364, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA V	OUTRAS P
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.)	DECRETO N. 407, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (B.O.) DA POLÍCIA M	S E ADOTA
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO D	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E	SE DO CO
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	LEI Nº 9.390	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO – DE	OMAS, RES
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	DECRETO N. 35.142, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE	MTAÇÃO D
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE D	DECRETO N. 69.463, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA – G

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria cargo isolado de provimento efetivo	LEI N. 4.350, 17.5.1982	cria cargo isolado de provimento efetivo e dá outras providências	LEGISLATIVO
	cria cargos de procurador de justiça	LEI N. 4.333, 13.4.1982	cria cargos de procurador de justiça e adota providências correlatas	LEGISLATIVO
	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	LEI N. 15.234, 7.10.2025	cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer	LEGISLATIVO
	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para	LEI N. 9.500, 1.4.2025	cria multa administrativa no âmbito do estado de alagoas para	LEGISLATIVO
	cria no âmbito do estado de alagoas a comissão de prevenção e	LEI N. 9.599, 18.7.2025	cria no âmbito do estado de alagoas a comissão de prevenção e	LEGISLATIVO
	cria o cadastro de condenados por estupro e o cadastro de con	LEI N. 12.127, 11.10.2020	cria o cadastro nacional de crianças e adolescentes desapareci	LEGISLATIVO
	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	LEI N. 14.069, 11.10.2020	cria o cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de	LEGISLATIVO
	cria o fundo estadual de combate ao câncer	LEI N. 8.396, 19.3.2021	cria o fundo estadual de combate ao câncer	LEGISLATIVO
	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	LEI N. 10.015, 4.12.1962	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas deleg	LEGISLATIVO
	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	LEI N. 2.509, 4.12.1962	cria o instituto de previdência e assistência dos servidores do es	LEGISLATIVO
	cria o mistério do trabalho e previdência	LEI N. 14.261, 19.1.2022	cria o mistério do trabalho e previdência	LEGISLATIVO
	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	LEI N. 8.582, 19.1.2022	cria o programa de incentivo ao melhoramento genético do reba	LEGISLATIVO
	cria o programa pró-leitos	LEI Nº 14.147, 19.1.2022	cria o programa pró-leitos com aplicação enolante perdurável a	LEGISLATIVO
	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	LEI N. 14.786, 19.1.2022	cria o protocolo "não é não" para prevenção ao constrangiment	LEGISLATIVO
	cria o selo tolerância zero com assédio	LEI Nº 9.603, 27.5.2021	cria o selo tolerância zero com assédio a ser concedido a estab	LEGISLATIVO
	crime de denúncia caluniosa	LEI N. 14.110, 31.3.2021	altera o art. 339 do decreto-lei nº 2.848 de 07.12.1940 (código penal)	LEGISLATIVO
	crime de perseguição	LEI N. 14.132, 31.3.2021	acrescenta o art. 147-A ao decreto-lei nº 2.848 de 07.12.1940 (código	LEGISLATIVO
	crimes ambientais	LEI N. 9.605, 12.2.1998	dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de co	LEGISLATIVO
	crimes de violação de dispositivo ineof	LEI N. 14.155, 27.5.2021	altera o decreto-lei nº 2.848 de 07.12.1940 (código penal) para tornar	LEGISLATIVO
	cul tura (dia do músico alagoano)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	dispõe sobre a criação do dia do músico alagoano e dá outras pr	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10, 11.10.2020	dá nova redação ao § 1º e cria os § 7º, 8º e 9º do artigo 244 e cria o	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541 de 29 de dezembro de 1975	LEI N. 5.883, 11.10.2020	dá nova redação ao art. 13 da lei nº 3.541 de 29 de dezembro de 1975	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	LEI N. 9.743, 11.10.2020	dá nova redação ao art. 5º e parágrafo único do art. 6º da lei esta	LEGISLATIVO
	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42 de 14 de maio de	DECRETO N. 4.140 DE 11.10.2020	dá nova redação ao artigo 2º da lei delegada nº 42 de 14 de maio de	LEGISLATIVO
	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93, da l	LEI N. 3.846, 11.10.2020	dá nova redação aos artigos 79, 81 e ao inciso VII do artigo 93, da l	LEGISLATIVO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.170, DE 3.10.1980.	LEI N. 4.170, DE 3.10.1980.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980. E REVOKA A LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980.	CONTRÁRIAS
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.171, DE 3.10.1980.	LEI N. 4.171, DE 3.10.1980.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980. E REVOKA A LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980.	CONTRÁRIAS
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 8.527, DE 20.12.2020.	LEI N. 8.527, DE 20.12.2020.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 2000.	REUNIAO
	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 4.922, DE 1.7.1987.	DECRETO N. 11.226 DE 1.7.1987.	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI Nº 4.922 DE 1.7.1987.	FAZ DE
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA "C" DO ART. 78 DO DECRET	LEI N. 8.356, DE 2.12.2020.	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SEU ART. 78 E AO SEU INCISO XII DA ALÍNEA "C" DO ART. 78 DO DECRET	NS 308 CI
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO.	LEI N. 14.759, DE 1.8.2023.	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26 JUNHO DE 2000. PARA DA	NTADOR C
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBIE DA CONSCIÊNCIA.	LEI N. 14.641, DE 1.8.2023.	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBIE DA CONSCIÊNCIA.	
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	DECRETO Nº	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	AS, DO TR
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	DECRETO Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	ODO O TE
	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES	PORTARIA Nº	DEEINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTERIORES	ADACIAS
	DEEINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITAÇÃO	LEI N. 14.768, DE 22.7.1997.	DEEINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMITAÇÃO	
	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	LEI N. 9.474, DE 22.7.1997.	DEEINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	ERMINA O
	DEEINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, DE 6.9.1949.	DEEINE O ANO CIVIL	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	DECRETO N. 11.123 DE 30.6.2021.	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BATALHÃO	LEI N. 8.463, DE 30.6.2021.	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BATALHÃO	MILITAR D
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SEREM	LEI N. 7.134, DE 9.12.2009.	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SEREM	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - ROPE DE ALAGOAS	LEI N. 6.623, DE 22.7.2025.	CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - ROPE DE ALAGOAS	ITE ABRAÇ
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - R	LEI N. 9.623, DE 22.7.2025.	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - R	E CANIL TE
	DENOMINA RODOVIA DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL-40	LEI N. 8.788, DE 10.6.2022.	DENOMINA RODOVIA DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL-40	MAPES)
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO)	DECRETO N. 19.033 DE 5.8.79.	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS.	AGOAS.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N. 5.879 DE 10.6.2022.	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS.	DETRAN/AL
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	DECRETO N. 10.622 DE 98.836 DE 107.466 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	EUPESSOM
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 98.836 DE 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA	TE - CEDO
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	NTO SOCI
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO	ITO SOCIA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA F	DECRETO N. 3.545, DE 18.3.2022	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORAÇÃO DA F	OTA PRO
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	LEI N. 8.622, DE 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	NO AGOM
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.062, DE 22.2.2022	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT	LEI N. 8.597, DE 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MALUS TRAT	INPOQUEM
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, DE 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - I DB	LEI N. 9.394, DE 10.9.1997	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - I DB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, DE 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	7.347, DE
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO E O PAGAME	LEI N. 8.367, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO DE CUMPRIMENTO E O PAGAME	COMETER
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE 23.3.2015	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TEMPO DE SERVIÇO	LEI N. 13.103, DE 23.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA, ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NOÇÃO DE
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSO	PORTARIA N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSO	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	LEI N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURIS	LEI N. 9.059, DE 11.6.2018	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJURIS	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	LEI N. 13.060, DE 15.7.2021	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	EGURANÇ
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, DE 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	PVA CORR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	LEI N. 8.655, DE 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTIT	LEI N. 7.195, DE 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTIT	SÕES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	LEI N. 9.594, DE 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	ÇÃO PRO
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE T	LEI Nº 8.407, DE 15.7.2021	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE T	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE 15.7.2021	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 9.858, DE 15.7.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	COLPES
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	LEI N. 8.521, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINACÃO	LEI N. 9.373, DE 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO, A CESSÃO, A TRANSFERÊNCIA, A DESTINACÃO	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	LEI N. 8.640, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	ÇÃO E IN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.143 DE	DECRETO N. 37.143 DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO A	DECRETO N. 11.947 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME	DECRETO N. 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAME	DECRETO N. 100.550 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICACÃO NATALI	
	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURS	LEI N. 14.332, 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICE	
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENT	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTE	
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPA	LEI N. 9.510, 14.2.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORE	DECRETO N. 10.922 DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA	LEI N. 10.035 DE	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIV	
	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE	LEI N. 10.009 DE	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE	LEI N. 9.479, DE	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE	
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES D	DECRETO N. 34.899 DE	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA IND	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.743 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.824 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 76.263 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.861 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.696 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 76.147 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.953 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.665 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO N. 75.760 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O P	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SOC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SOC
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	AMENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 77.621 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	MENTO SO
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 10.148 DE 7.10.2021	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS	S DA ADM
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.519, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO	UNIONICA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	DECRETO Nº 106.823 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	AMONITAD
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU ALUGUELO	LEI N. 8.639, DE 28.3.2022	ALTERA O CAPÍTULO DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA LEI Nº 8.639, DE 28.3.2022	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU ALUGUELO	LEI N. 8.639, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU ALUGUELO PARA OS SERVIDORES	ERÍCIA OFI
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONEFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PROFISSIONAIS	LEI N. 9.171, DE 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONEFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PROFISSIONAIS	RETARIA D
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	LEI N. 8.437, DE 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	LEI N. 7.313, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	LEGADOS
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	DECRETO Nº 101.094 DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	ANO – CS
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	LEI N. 14.075, DE 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	OSITUAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E ALTERA AS	LEI N. 7.966, DE 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E ALTERA AS	2.04.2020,
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER	LEI N. 6.682 DE 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER	EMPORAR
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	RESOLUÇÃO Nº 10.030, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	ER EXECU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	RESOLUÇÃO Nº 10.030, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	STAQUEM
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	RESOLUÇÃO Nº 10.030, DE 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	S NO EST

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PE	LEI N. 8.773, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE D	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTAD	LEI N. 8.787, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	DANTES D
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ES	LEI N. 9.715, 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADO	CAEPED
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGIT	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE S	LEI N. 9.682, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "C	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABE	STOWASTO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI Nº 9.817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PAT	ELCRIANÇ
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "D	LEI N. 8.783, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	MADEPUBI
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DI	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	ITRALABER
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA E	LEI N. 8.789, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	ERRAÇOS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JO	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	OGEMANS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS	DOQUES DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENT	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPTO DE DELEGAC	S DE ATEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA	LEI N. 15.392, DE	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO M	LUÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESS	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLI	DESTRABAI
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVI	LEI N. 8.553, DE	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	DISPÕE SOBRE A DIELISÃO POR ÓRGÃOS PÚBL	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIELISÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAM	DEBUDIA
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRI	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE D	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	S PROVID
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDACÃO	LEI COMPLEMEN	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDACÃO A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDA	ORSTMEDE
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEI	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNAD	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CABE	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	BADEPESM
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVER	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADM	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	DEACÓUP
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTE	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CAR	ERMÓDIO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	LEI Nº 6.268	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	E/BOBIM
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E IND	LEI N. 12.815, 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO LIAÇÃO DE PORTOS	STOMAS
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE V	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉD	SPERAO
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 6.400, DE	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	DOUSSA
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À IN	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACION	ROFESSO
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PE	LEI N. 9.470, DE	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	OCERAN
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BE	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	S DE MISE
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊN	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DE CADA M
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BR	DECRETO N. 10.674 DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	AMA NACI
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I	LEI N. 8.561, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I EITEIRA DA CIDADE DE BATALH	BOASRÍST
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS C	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM EIBROMIALGIA NAS EILAS PE	STASACIO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE N	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	EEÚDEAG
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUC	LEI N. 8.992, 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	ÉDIOSPIB
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	DADEBA
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA E	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	VAPOZAS
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA E	LEI Nº 9.619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA E	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	IMENTAR
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAM	LEI Nº 9.438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	DAÇÃOID
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO D	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	PROMOVI
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOB	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRASMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO D	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	SONOMBE
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; IN	LEI N. 15.371, DE	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	VIDEABIA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES O	RESOLUÇÃO LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES O	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO D	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE R	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE R	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABEI	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIRICAÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIRICAÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCOR	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES E	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES E	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANUTER NAS DEPENDÊNCIAS DE L	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANUTER NAS DEPENDÊNCIAS DE L	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVAD	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DECRETO N. 93.446 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNC	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNC	
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	RESOLUÇÃO LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUTO SISTEMA N	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUTO SISTEMA N	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO		DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	RESOLUÇÃO DECRETANO. 4.073 DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RAL.
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITETURA	RESOLUÇÃO DECRETANO. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE	AL DE AR
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO	RESOLUÇÃO DECRETANO. 4.073 DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO SEUS FINS E APLICACÃO	VIDÊNCIA
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS FINS E MEC	ILAÇÃO E
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI Nº 8.413, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	DA INDEFIN
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPAN
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO	ISTRACÃO
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS	AL E PARA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRGÃOS	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	IVRACISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	DESSOIE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS H	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS H	MENTEIDE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	VÍCIENIES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	DONESDE
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	DIEMESDE
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	DE AQUIR
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	O DIGITAL
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOLHEDORAS	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOLHEDORAS	ICAS EST
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLI
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSISTEN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS NO ÂMBITO	ACQUET
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAS	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CAR	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLA	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REG	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TR	LEI N. 102331 DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IM	LEI Nº 8.427	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADM	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIAN	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 INSTITUÍDO PE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VE	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI Nº 8.419,	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAIS	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO	LEI N. 14.791, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO	DECRETO N. 11.484, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE	
	DISPÕE SOBRE AS INTERAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	DECRETO N. 6.514, DE	DISPÕE SOBRE AS INTERAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE	
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE	DECRETO N. 69.530, DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOPTADAS	DECRETO N. 33.870, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOPTADAS PELOS	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPLIFICADO	
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	
	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM	PORTARIA N. 33.861, DE	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA		DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E	PORTARIA N. 33.861, DE	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	LEI N. 15.100, 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS	LEI N. 9.511, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DE	LEI N. 10.012, DE	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DE	
	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPERAÇÃO	LEI N. 9.028, DE	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPERAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE	LEI N. 15.117, 24.2025	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMACÃO EDUCATIVA ACEF	DE DOEN
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS	LEI N. 12.664, 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS - DOS ÓRGÃO	SEGURAN
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO	LEI N. 8.503, 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	DO DE 19)
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIM	LEI N. 13.243, 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA	ENTRE, A
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS AD	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDE	
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBL	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	INSTAÇÃO
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES E	DECRETO N. 26.320, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	E 18.11.20
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SA	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANN	DO DE 19)
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEG	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DI	DO DO D
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREG	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADE	ESMORA
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENER	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	LEÓBILDE
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	ADAS PEU
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENC	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA CO	ISTO DAS
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE B	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓELOS NO ESTADO DE ALAC	PROVIDEN
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO IN	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À FROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSICÃO	DE ESCOL
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MIL	LEI N. 9.521, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	MA, EMOR
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIO	DECRETO N. 11.722, DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEI	ERNANÇA.
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA	DECRETO N. 11.833, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE C	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍ	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE D	DECRETO N. 11.482, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE P	DECRETO N. 11.480, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 11.483, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	024.
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACION	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	026.
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEN	ÃO DE TR
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUT	PORTARIA N	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	DA ADMIN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO	LEI N. 9.786, 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA	LEI N. 8.906, 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTABELECE	IS DA POL
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁ	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA- ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLINANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES P	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIER	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	ADO DE AL
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOB	O PRODUT
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615 DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VOIS, TAL
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇ	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO	ES, TARE
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELH	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	OS, APENA
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VI	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	UTRAS PR
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACES	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO E	Á OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁ	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO RELA	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVA
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	ORES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRAT	DECRETO N. 58.689 DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGO
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRAT	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT, E DÁ OUT	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERAPIA	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO	DECRETO N. 109.405, DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDA	
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO	LEI N. 9.613, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - PIA PARA	
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE	LEI N. 8.646, DE 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE	LEI N. 8.567, DE	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE	LEI N. 8.368, DE 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.151, DE 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.627, DE 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.643, DE 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SER	LEI N. 8.112, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGE	LEI Nº 8.406, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COME	LEI N. 10.826, DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA	DECRETO N. 10.986, DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORM	DECRETO N. 74.020, DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÃO	LEI N. 5.626, DE 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEIC	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO N. 16.259, DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E	DECRETO N. 12.154, DE	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 76.819, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 86.020, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 95.021, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 100.540, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDEREXE
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E E	DECRETO N. 106.093, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	ONDEREXE
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ES	DECRETO N. 9.359, DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	REIÇÕESM
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SO	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	SM/AL, E L
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	GERAIS 2
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821, DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	ORQUENTA
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINIS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	LOP/DESA
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SERE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	SAM/RECEM
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 00.070/2005, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DIS	CEDIMEN
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	DE VOTAÇ
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 40, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	GÃOS E E
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO, A ME	BOARDA
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇ	ARRESTA
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAC	CARREIRA
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDI	TRIBUTARI
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	VEÍCULOS
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DUR	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	S-COV-2).
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES CO	EM A SOB
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	S PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTR	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	MENTO AO
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR	ESTANTE E
	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIVO	DES/2020,
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARR	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	S E REFOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	COMPETÊN
	DISPOR SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, DE 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECRETO-LEI	46, PARA D
	DISPOR SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, DE 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	ELABORAMES
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, DE 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434 DE 12.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, DE 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, DE 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO	LEI N. 7.788, DE 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 7.795, DE 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDEN	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, DE 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PR	LEI N. 3.791, DE 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, DE 7.2.2006	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE	DE TRÂNS
	ENSINO - ESTATUTO - PROMOÇÃO - SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, DE 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MEIROS M
	ENSINO - PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, DE 11.5.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982 - ACRE	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/A	DO DE FISC
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDA	LEI N. 8.885, DE 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	FAÇÃO
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PREST	LEI N. 15.133, DE 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTR	DE (BUS) D
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, DE 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA U	DECRETO N. 95.022 DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	INSUMO
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653 DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	RESUNTE
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES P	DECRETO N. 9.191 DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO - REDAÇÃO	DEMAÇÃO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CON	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EL	QUE NO A
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 4	COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVÃO
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 4	COMPLEMEN	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVÃO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇ	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	TRATIVAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO. C	DELTA
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇ	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PE	ÂMENTOS
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE C	PORTARIA Nº	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	ÇA PÚBLI
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA M	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	OS, CEST
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA R	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	SWESTAN
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINIST	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	OPEDADA
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO A REDACÇÃO A A	OLIDAÇÃO
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS P	PORTARIA Nº	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	SINVASSE
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZA	LEI N. 7.858, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	ADIRETA
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES -	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCES	DECRETO N. 37.119 DE	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	OPÚBLIC
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO	DECRETO N. 95.480 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	DESTATO
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS C	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENT	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	DECONDE
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESS	LEI N. 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEEICIÊNCIA E DA MUL	ADADESP
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MON	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	ENCIÁRIOS
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA C	TONACSM
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚN	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	OPEDADA
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES P	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	O DA ADM
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NOR	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO	REDAEFA
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	ADDEFCI
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVU	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	AKE NEWS
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SACRAM
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SOREQW
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREI	LEI N. 12.965, 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	SIL - MARC
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.441, DE	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	ALASOM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE IN	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOILHIMENTO	PESSOAS
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS	LEI N. 8.657, DE 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO COMO	ALAGOAS
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATER	LEI N. 9.473, DE 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	VAIS DEB
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO	LEI N. 11.910, DE 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO D	FIRO, PARA
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DE	LEI N. 9.622, DE 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMA	E INTERAÇ
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA M	DECRETO N. 41.375, DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLIDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	POLÍCIA MI
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785, DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O	ANÇA PÚBL
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 24.129, DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	27 DE JUL
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINAN	LEI N. 4.320, DE 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	DIENOS E
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, DE 17.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, DE 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, E ADOTA OUT	S. (Em dec
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE	
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 19	LEI Nº 6.51
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, DE 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1	S. POLICIAIS
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, DE 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, D	92, E DÁ O
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, DE 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5	DE 1992 (
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, DE 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	IGO, DA LEI
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, DE 31.7.1997	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346, DE 26 DE MAIO DE	PELA LEI 5
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, DE 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, DE 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFICI
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, DE 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696, DE 2	1976, DA L
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPCÃO DA COMPLEMENT	OS INSTITU
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST	LEI N. 9.454, DE 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2025.
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, DE 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	S DE SITUA
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, DE 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	GANIZA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969, PARA EX	PRISÃO D
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	EIXA O FEETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	PARA OS
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.476, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	evogada pe
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE EIXA O FEETIVO D	O ESTADO
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.285, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTAD	LEI N. 4.420, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTAD	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIAIS, NOS TERMOS DOS §§ 1º E	INSTITUIÇ
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OFICIAL D	AS – PO/A
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	DE JUSTI
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROEISSIO	DECRETO N. 24.647, DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROEISSIO	GOAS - F
	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	FUNIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	ERVIÇO N
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	U O FUND
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694, DE 16 DE DEZEMBR	OS, DÁ NO
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNERPOL – E DÁ	CIAS. (Rev
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	DECRETO N. 11.225, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012, D	DE 2008, C
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 20.786, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUI	DECRETO N. 3.566, DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	ICA – GGI
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806, DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126, de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762, DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GABARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOR	LEI Nº 8.537	GABARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOR	ÉCONOMIA
	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMT) E	LEI N. 6.635, DE	REAJUSTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	GRATIFICAÇÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIFICAÇÕES E	
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	LEI N. 14.769, DE	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, DE 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	LEI N. 9.152, DE 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	LEI N. 8.569, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	LEI N. 8.584, DE 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	LEI N. 8.570, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA	
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA	LEI N. 14.231, DE	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEI N. 11.705, DE 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO	LEI N. 8.461, DE 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO	
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 8.974, DE 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	LEI N. 8.370, DE 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	LEI N. 14.539, DE 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.972, DE 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	DECRETO N. 11.440, DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	LEI N. 8.403, DE 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOMASSA	DECRETO N. 11.003, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOMASSA	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	DECRETO N. 10.988, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	DECRETO N. 11.822, DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - FPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - FPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL	
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	LEI N. 13.445, DE 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SUAS	LEI N. 14.735, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS, DISPÕE SOBRE SUAS	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	LEI N. 14.751, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI N. 6.417, 7.11.2003.	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA E	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSOR	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVAD	ROMOSÉ
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO	LEI N. 9.720, 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DENOMINADA ALA	DISPÕE S
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE ME	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	NÍCIA MILIT
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	À OUTRAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO - PAPE NO	O DE ALAG
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULACÃO	PLÚTICAO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓST	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDRO	NA REDE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIN	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	ORES DE I
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMB	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	VIDÊNCIAS
	INSTITUI A POLITICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLITICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍC	DO CÂNC
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTECÃO	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA CO	DÉFICIT I
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTECÃO	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	ESCENTES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE ME	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	ESTADO D
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPL	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SO	OMPROB
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINI 1B" DE C	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINI 1B" DE COMBATE A INTUIRIA RACIAL E AC	ADOSEMA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECI	DECRETO N. 11.820, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	ONAL DE A
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNC	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO	LEI N. 14.819, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	OBNAE D
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIE	LEI N. 14.722, 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOACÃO	E DE ÓRG
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E I	LEI N. 14.232, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMACOES RELACIONADAS	A AS MULI
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCACÃO	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	4EIDE TAL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇ	DECRETO N. 9.607, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZA	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PA	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇ	LEI N. 14.758, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	
		LEI N. 12.764, DE		
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BU	LEI N. 14.572, 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚN	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO	LEI N. 14.821, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A P	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUP	DECRETO N. 11.079 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIM	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLIC	
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACION	LEI N. 12.587, DE	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA· RI	
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO	LEI N. 9.711, DE	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA	LEI N. 9.714, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	
	INSTITUI A “SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A “SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO· CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIEN	LEI N. 14.543, 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONS	LEI N. 14.549, 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAM	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COM	RESOLUÇÃO	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECU	
	INSTITUI E DEEINE AS DIRETRIZES PARA A PO	LEI N. 10.005, DE	INSTITUI E DEEINE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	
	INSTITUI GRATIEICACÃO AOS INTEGRANTES D	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI GRATIEICACÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI	
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINIST	DECRETO N. 11.514 DE	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA	LEI N. 14.811, 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBES	LEI N. 9.696, DE	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INEANTIL EM ESCOLAS P	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.529 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.502 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.527 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO D	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA	
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LEI N. 68 DE	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS – ME	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ES	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTR	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À IN	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E	LEI N. 14.237, DE	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.7.2003	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS F	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.716, DE	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SIS	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS P	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NA	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNO	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540 DE	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERM	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILIT	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍ	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPALATINA	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPALATINA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	INAS INDÍ
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	PORTARIA Nº 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	13.04.1995
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SOCIAIS
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI Nº 14.149, 10.6.89	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DECRETO N. 10.689, DE 10.6.89	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DE VIOLÊ
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO N. 10.689, DE 10.6.89	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIONAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINIS	DECRETO N. 11.485, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVAL	DECRETO N. 11.487, DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIN	
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E D	LEI	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVA	
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO	COMPLEMEN	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	
	CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL	LEI N. 15.358, DE	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACION	LEI N. 14.328, DE 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO	LEI N. 9.7033, DE 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINIS	LEI	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAM	DELEGADA	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANT	DECRETO N. 10.906, DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PA	DECRETO N. 10.991, DE	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO E	LEI N. 14.802, DE	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGI	LEI N. 6.971, DE 5.8.2008	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	
	INSTITUI O PROGRAMA ALUXÍLIO BRASIL E O P	LEI N. 9.472, DE 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALUXÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO	LEI N. 14.284, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO M	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 8.591, DE 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E P	LEI N. 7.965, DE 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS I	
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O	LEI N. 8.232, DE 10.1.2020	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E EN	LEI N. 8.397, DE 19.3.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PRO	LEI N. 14.540, DE 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO D	LEI N. 14.214, DE 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍ	
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO IN	LEI N. 15.116, DE 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE	LEI N. 14.640, DE 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RACÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMP	LEI N. 8.973, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUOT	LEI N. 8.988, DE 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUOTERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO	LEI N. 10.042, DE 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO	DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALAGOANA"	LEI N. 9.057, DE 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALAGOANA"	AS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27.11.2009 E 12.358 DE 12.1.2021	LEI N. 14.351, DE 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27.11.2009 E 12.358 DE 12.1.2021	ASIL, E OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE 12.358 DE 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 10.987 DE 12.358 DE 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROFESSORES	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZAR A POPULAÇÃO	LEI N. 8.372, DE 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZAR A POPULAÇÃO	PREVINDO
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	DECRETO N. 11.431 DE 10.846 DE 10.701 DE 11.946 DE 11.106 DE 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	DECRETO N. 10.846 DE 10.701 DE 11.946 DE 11.106 DE 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	DECRETO N. 10.701 DE 11.946 DE 11.106 DE 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	PLESCENT
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	DECRETO N. 11.946 DE 11.106 DE 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO SOO&PR	DECRETO N. 11.106 DE 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO SOO&PR	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	DECRETO N. 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
		LEI N. 11.530, DE 14.886, DE 11.6.2024		AS PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 8.316, DE 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 57.008 DE 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS	STADO DE
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.712, DE 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS	AS.
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIBETRIZES E DEBETRIZES	RESOLUÇÃO N. 11.946 DE 11.106 DE 12.439 DE 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIBETRIZES E DEBETRIZES	GARANTIR
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.687, DE 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	DA REDE P
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA	PORTARIA N. 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA	EGURANÇ
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 5.247, DE 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS	N&SAS AUT
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA N. 11.530 DE 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	DE D&S&
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 4.125 DE 19.3.2024	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	O, E DÁ O
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - CO	LEI N. 9.174, DE 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - CO	NCIAS - CO
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.612, DE 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, DE 16.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORM	DECRETO N. 58.688, DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA DE	
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D	DECRETO N. 4.136, DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO	
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SIN	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇ	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEF	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII, PARTE FINAL, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO EF	
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGI	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGI	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFO	INP Nº 423884	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO 1.611, 3.6.88	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREV	
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTR	LEI N. 14.133, 1.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDI	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEIC	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDI	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLI	
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOA	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PA	LEI N. 11.340, 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉS	
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES OU	
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREC	DECRETO N. 29.342, DE	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREVISTO NO ART. 15	
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948, DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO E	
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL D	MANUAL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂM	
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESE	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESE	
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA EB70-MC-10.308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	OMINAÇÃO
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL "	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR &quot	ES".
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZIME	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	ELHO PER
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE)	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTE	CULTURAI
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	LEI DELEGADA	DEFINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	E DÁ OUT
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	LEI DELEGADA	DEFINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	FICIAIS E P
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1992	54, E DÁ C
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A	07.2015 - M

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831, DE 11.08.2023	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERNO	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOTE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.969, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOTE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAGOAS	PROVIDÊNCIAS
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	DECRETO N. 28.537, DE 28.08.2023	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	CONTRA A VIOLENCIA DOMESTICA
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	DECRETO N. 28.407, DE 28.08.2023	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	CONTRA A VIOLENCIA DOMESTICA
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, A ADOPTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	LEI N. 8.299, DE 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, A ADOPTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	DE VIOLENCIA DOMESTICA
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS, A ADOPTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	LEI N. 8.573, DE 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS, A ADOPTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA	DE VIOLENCIA DOMESTICA
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO)	LEI N. 7.054, DE 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	R DA POLÍCIA
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTAL)	LEI N. 7.805, DE 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTAL	QUAL DE 2016
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016)	LEI N. 7.799, DE 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016	DE 2016.
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, DE 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019, NOS TERMOS DO ART. 16, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	6, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO ARTIGO 1º DO PLANO DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA	LEI N. 7.816, DE 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO ARTIGO 1º DO PLANO DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA	ORGANIZAÇÃO BÁSICA
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N. 8.342, DE 28.08.2023	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	ALAGOAS, A ADOPTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLENCIA DOMESTICA
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	QUANTO A
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.954, DE 29.5.2012	ALTERA A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES), A LEI Nº 3.707, DE 12.07.2000 (LEI Nº 4.375, DE 20.08.2002) E A LEI Nº 4.375, DE 20.08.2002 (LEI Nº 4.375, DE 20.08.2002)	LEI Nº 4.375, DE 20.08.2002 (LEI Nº 4.375, DE 20.08.2002)
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTÍSTICO)	LEI N. 7.355, DE 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS, COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO	HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA REPOSIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	LEI Nº 13.767, DE 16.4.2021	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APROVADA PELA LEI Nº 5.451, DE 27.06.2017	O-LEI Nº 5.451, DE 27.06.2017
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PÓS-MORTEM	LEI N. 14.138, DE 16.4.2021	ACRESCENTA, § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560, DE 29.12.1992, PARA PERMITIR A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PÓS-MORTEM	DE PÓS-MORTEM
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOVADORA	LEI N. 7.117, DE 28.08.2023	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INOVAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 11.831, DE 11.08.2023	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	DAS, E DÁ
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE 28.08.2023	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N. 8.159, DE 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS	PORTARIA Nº 1.000, DE 03.08.2022	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	PORTARIA Nº 1.000, DE 03.08.2022
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº 20, DE 03.08.2022	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 20, DE 03.08.2022
	PORTARIA MEC Nº 70, DE 24 DE JANEIRO DE 2020	PORTARIA Nº 70, DE 24 DE JANEIRO DE 2020	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA
	PORTARIA Nº 330-MEC, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 330-MEC, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	UPERIOR
	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO DE DIPLOMAS	EDUCACIONAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DESTA
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DA DREZI
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMIUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGN	SADO SON
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994, DE 26.09.1995	ALTERA A LEI Nº 9.099 DE 26.09.1995 PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	ITO DOS J
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRAR VEÍCULO	LEI Nº 13.104, DE 09.03.2015	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	RESSAM)
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE	LEI Nº 13.104, DE 09.03.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.009, DE 07.07.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicação em 08.06.1984)	ogada pela
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.994, DE 07.06.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	da em 8.6.1
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.868, DE 07.06.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO ÀS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984	plicada em
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA)	LEI Nº 5.819, DE 13.11.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA	E ASSISTEN
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA)	LEI Nº 6.674, DE 04.11.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	ARQUIAS E
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI Nº 4.517, DE 30.05.1984	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	IVIDÊNCI
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE)	LEI Nº 6.584, DE 29.03.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	RVIDORES
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXTENSÃO DE SERVIÇOS)	LEI Nº 6.585, DE 29.03.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	EAL SAÚDE
	PREVIDÊNCIA (DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI Nº 4.789, DE 19.06.1986	DEFINI O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE)	LEI Nº 6.288, DE 28.03.2002	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	INATIVOS
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI Nº 7.114, DE 05.11.2009	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	GOAS E DA
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	LEI Nº 7.751, DE 09.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	ADO DE A
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS)	DECRETO Nº 68.852, DE 08.08.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDOR
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	DECRETO Nº 68.852, DE 08.08.2015	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022	RECOMENDAÇÃO Nº 09/2022	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022 00000794-2 - RECOMENDACÃO Nº 09/2022	DIETEMMI
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026	RECOMENDAÇÃO Nº 09/2026	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO QUE SE REFERE	ROQUE TOR
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	LEI Nº 8.577, DE 19.11.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO	DESPON
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	LEI Nº 10.011, DE 08.08.2019	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	EXATOS SE
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	LEI Nº 8.159, DE 25.09.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	ENDE SOB

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO	LEI N. 8.233, 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA	ONASIDA
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	DECRETO N. 10.513 DE 10.1.2020	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173 DE 7 DE JULHO DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE A	O O ESTA
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES	LEI N. 7.173, 7.7.2010	EICA PROIBIDA EM TODO ESTADO DE ALAGOAS A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS	TRES, DO
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	PORTARIA Nº 1.000, 10.1.2020	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM TODO O ESTADO	NOT DE 2020
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	PORTARIA Nº 1.000, 10.1.2020	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	DESINDEO
	PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	STIÇA E SE
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	LEI N. 8.184, DE 19.4.2001	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	ATIVA DA
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	OS E MASTO
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, 19.4.2001	ATRIBUIVA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982	LÍCIA MILI
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS E PRACAS	TIVA DA P
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE 12.12.1986	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL MILITAR	O ART. 32 D
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE 12.12.1986	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE 12.12.1986	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R NO CORP
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 11.491 DE 10.1.2020	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO FIRMADA PELA BR	VA DO BR
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL	DECRETO N. 10.984 DE 10.1.2020	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	TÉ DEUR
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO Nº 14.920, 14.9.2023	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HORÁRIO	NDUTAS I
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858	DECRETO N. 10.919 DE 10.1.2020	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010	BASCOOR
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO	DECRETO N. 70.066 DE 70.066 DE 10.1.2020	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	ARIAS DO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.700 DE 69.700 DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.935 DE 69.935 DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.844 DE 69.844 DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO DA	SAÚDE PÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.624 DE 69.624 DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.722 DE 69.722 DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA	DECRETO N. 69.577 DE 69.577 DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PORTARIA Nº 1.406, DE 13.12.2018	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	
	QUADRO DE PESSOAL (OOA, OOE)	LEI N. 6.333, DE 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI ESTADUAL Nº 6.333, DE 22.7.2002	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222, DE 13.12.2018	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406, DE 13.12.2018	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DE ALAGOAS	LEI N. 13.726, DE 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DE ALAGOAS	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	LEI N. 4.125, DE 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	LEI N. 4.214, DE 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO T	LEI N. 7.474, DE 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO T	
	RECOMENDACÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO	RECOMENDAÇÃO Nº 1.406, DE 13.12.2018	RECOMENDACÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO	
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	LEI N. 8.976, DE 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	LEI N. 14.720, DE 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVID	LEI N. 7.751, DE 13.12.2018	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVID	
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO	LEI N. 3.398, DE 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO	
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, DE 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NO	
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE 19.4.2004	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19.4.2004	
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI Nº 8.545, DE 13.12.2018	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTAD	
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS ORI	LEI N. 11.265, DE 3.1.2006	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS ORI	
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CR	DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CR	
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERC	
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	PORTARIA Nº 1.406, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD	DECRETO N. 4.077, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI	DECRETO N. 4.076, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI	
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E	DECRETO N. 7.174, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E	
	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTA	DECRETO N. 4.049, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTA	
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTAB	DECRETO N. 25.212, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTAB	
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE	DECRETO N. 76.651, DE 13.12.2018	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE	

Secção de Informática

O REGISTRO
 VEREDIC
 AUBEKZO
 DISTAOSV
 SDBBDS
 APELOSP
 PATRADIS
 MOÇÃO DA
 DA ATIVA
 EIDÁ DAUT
 LEIRO E D
 SERVIÇOS
 A MINHA C
 FOMEAÇÃO
 Á OUTRAS
 GRESADUA
 DIZENMER
 PARA PSÓ
 MASQUEST
 ÇÃGOSOM
 ãO DE BAI
 ASSOANDA
 SONTEPÓ
 QUE REGU
 ENAS.

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 4.127 DE 1990	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS	P, DE QUE
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 6.444 DE 1990	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E DA OUTRAS PR	SERVIDORE
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N.º 57.140 DE 1990	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	O DE ALAG
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	DECRETO N.º 10.990 DE 1990	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	DE ALAG
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14.601	DECRETO N.º 10.880 DE 1990	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14.601	DE 09.08.
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14.601	DECRETO N.º 12.064 DE 1990	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 14.601	21.
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO	DECRETO N.º 11.054 DE 1990	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO	E 2023, E D
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N.º 35.718 DE 1990	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	NOIS DE
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DA OUTRAS	PORTARIA Nº 2.356 DE 1990	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DA OUTRAS	AL DIRETA
	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESSO SELETIVO	DECRETO N.º 2.356 DE 1990	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESSO SELETIVO	SIDPOM (F
	REGULAMENTO DE PROMOCÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 57.262 DE 1990	REGULAMENTO DE PROMOCÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	RESSO NO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 57.262 DE 1990	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LITAR E DO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 57.262 DE 1990	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ADO PELO
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N.º 26.620 DE 1990	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	O DE ALAG
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI Nº 6.161, DE 13.7.2007	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENQUADRAMENTO	LEI Nº 8.609, DE 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA ENQUADRAMENTO	OS NERTA
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO Nº 11.611 DE 2019	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	OS TERRI
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO Nº 11.611 DE 2019	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	ADO DE A
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI Nº 6.821, DE 13.7.2007	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	ÃO FISCAL
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI Nº 6.821, DE 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRIÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	E DE COME
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI Nº 6.821, DE 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRIÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	ÁRIO DE E
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	LEI Nº 8.955, DE 4 DE SETEMBRO DE 2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	ÇÃO INCA
	REVOGAÇÃO DE LEIS	LEI Nº 8.325, DE 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	GOSTO DE
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	DECRETO Nº 11.611 DE 2019	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROVIMENTO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIOS)	LEI N. 6.651, DE 1992	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIOS	
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483, DE 1992	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611, DE 2006	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 8.700, DE 2006	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 23.617, DE 2006	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2006, SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE 1992	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ESTADO	
	SERVICO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E SARGENTO)	LEI N. 6.451, DE 2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇO	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	DECRETO N. 25.649, DE 2006	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM DE LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	LEI N. 7.389, DE 2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA	
	SERVICO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, DE 1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, DE 1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, DE 1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, DE 1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332, DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, DE 2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, DE 1990	FIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILITAR	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDO E VENCIMENTO)	LEI N. 5.207, DE 1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDO E VENCIMENTO)	LEI N. 5.130, DE 1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1990 E 5.130, DE 19 DE ABRIL DE 1990	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, DE 2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DO CORPO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, DE 2006	FIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO ESTADO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, DE 2014	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, DE 2006	FIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO ESTADO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.824, DE 2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTO)	LEI N. 5.680, DE 1995	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTO)	LEI N. 4.956, DE 1995	FIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.152, DE 1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.138, DE 1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROV	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REALISTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBS	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES DO ES	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES S E MILIT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLD	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CÍVIS TIVO E DO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS PÚBLICOS D	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO SUBSÍDIO	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO DO PARA O	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DEFIN	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS ESTADO DE	
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE A	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFICA RA ENFRE	
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE; ALTERA A LEI Nº 7.960 RO DE 196	
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR	PORTARIA N. 1	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE ANTO DUR	
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERV	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E ENCIAS.	
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚDOS RES LIGAR	
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE C	LEI N. 7.522, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CASOS OS	
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO S	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE PESSOAS MINOR	
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAM	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAÇÃO CASOS OS	
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESO DURANTE TRAS PRO	
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUITA RTEIRA DE	
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI O REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZAÇÃO PÚBLICO	
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	PORTARIA N. 1	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PUBLICAÇÃO O BANCÁR	
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM N. 1	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE ALTERA A LEI Nº 19 DE MAI	
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	NP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DMINISTÉ	
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA VISITAS S	
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO O UNIFORM	
	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍ	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E INDEPENDEN	
	TRANSEORMA CARGOS DE JUZ DE DIREITO C	LEI N. 8.550, DE	TRANSEORMA CARGOS DE JUZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR DE DEPART	
	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODE	LEI N. 15.352, DE	TRANSEORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL; ALTERA OS DESS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	BALÇO INT
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	IO DISTINT
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FOLIOTERAPIA DE ALAGO	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	R E CORP
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	A DE AUT
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HO	ALA
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CER	OLO
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E INEB	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLI	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O 8.º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	EI N.º 5.402
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVI	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AC	TARES DO
	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULA DE	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA